

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.698 - CE (2019/0247040-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : ANTÔNIA CAMILY GOMES CRUZ - CE018376
RECORRIDO : JOSE RIBAMAR MONTEIRO
ADVOGADO : JOSÉ DA CONCEIÇÃO CASTRO - CE006816

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORA PÚBLICA. PENSÃO POR MORTE. INSCRIÇÃO DE CÔNJUGE VARÃO COMO BENEFICIÁRIO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO AFASTADA. PRESTAÇÃO TRATO SUCESSIVO. INTELIGÊNCIA SUMULA 85/STJ. LAPSO TEMPORAL DE CINCO ANOS FLUI DA NEGATIVA EXPRESSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REVOGAÇÃO EXPRESSA DA LEI Nº 10.776/82 ATRAVÉS DA LEI ESTADUAL Nº 14.687/10. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. RECURSO PROVIDO.

1. Trata-se de Apelação interposta com escopo de obter a reforma da sentença que julgou extinto o feito, em razão do reconhecimento da prescrição do fundo de direito.
2. Cônjuge varão, na condição de dependente da servidora pública estadual falecida, pleiteia a concessão de benefício de pensão por morte arguindo que requereu primeiramente, pela via administrativa, o que restou indeferido, sob alegação da Procuradoria Geral do Estado de que houve prescrição do fundo de direito.
3. Sobre a concessão da pensão por morte, o direito de pleitear esse benefício é imprescritível, posto ser verba de natureza alimentar e com características de direitos indisponíveis, não ocorrendo a prescrição do fundo de direito enquanto não existir manifestação expressa negando o direito reclamado, considerando-se prescritas tão somente as prestações que antecedem o quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos da Súmula nº 85 do STJ.
4. O Decreto nº 20.910/1932, que cuida do regramento específico da prescrição contra a Fazenda Pública, traz como regra geral, em seu art. 1º, o prazo de cinco anos.

5. Encontra-se pacificado neste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará o entendimento de que o art. 7º, I, da Lei Estadual nº 10.776/1982, que limitava a inclusão como dependente de servidora pública apenas ao marido com invalidez e sob dependência econômica, não foi recepcionado pela CF/88 por contrariar o art. 201 e o princípio da isonomia, representando flagrante discriminação de gênero, não se coadunando ainda, com o preconizado no art. 331, § 1º, inciso II, alínea "a" da Constituição do Estado do Ceará.

6. Editada a Lei Estadual nº 14.687/10, reconhecendo ao cônjuge varão de servidora a dependência para benefício assistencial ou previdenciário, afastando a limitação da invalidez e tornando desnecessária a comprovação de dependência econômica, sendo esta presumida, conforme disposto em seus art. 4º, I, e art. 5º.

7. Apelação conhecida e provida. Afastada a prescrição do fundo de direito e julgado procedente o pedido inicial" (fls. 210/211e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32, sustentando que "é assente em jurisprudência desta Corte Superior pela prescrição de fundo de direito para requerimento de pensão, em que o pleito se dá 5 (cinco) anos após o óbito, de modo que não haveria sequer necessidade de indeferimento administrativo para contagem do prazo prescricional. E mais que eventual pleito administrativo não renova o prazo prescricional se este já estava esgotado" (fl. 238e).

Defende "conquanto a parte recorrida, tenha suscitado pela imprescritibilidade do direito à prestação previdenciária ao fundamento dos termos do art.219 da Lei 8.112/90, teria revogado o artigo 1.º do Decreto n.º 20.910/32, a lei 8112/90 não tem efeitos perante o sistema previdenciário do Estado do Ceará, o qual tem regramento próprio. Além disso, o Decreto n.º 20.910/32 possui caráter nacional aplicando-se a União, Estados e Municípios, pelo que a ausência de previsão da prescrição em lei estadual não tem o condão de afastar sua incidência" 242e).

Por fim, requer "o conhecimento e provimento do presente Especial para que por ofensa ao art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, conforme jurisprudência citada, este Superior Tribunal de Justiça julgue improcedente a ação, ante a manifesta prescrição de fundo de direito presente no caso em tela" (fl. 244e).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 249e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal local (fls. 251/253e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrida, com o objetivo de receber pensão por morte de servidora pública estadual.

Pronunciada a prescrição do direito, recorreu a parte autora, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, o acórdão recorrido não destoa do entendimento uniformizado neste STJ, no julgamento do EREsp 1.269.726/MG, de relatoria do Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, no sentido "de que não há que se falar em prescrição de fundo de direito, nas ações em que se busca a concessão do benefício de pensão por morte".

Mencionado julgado restou assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. **PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO QUE ATENDE NECESSIDADE DE CARÁTER ALIMENTAR. INEXISTINDO NEGATIVA EXPRESSA E FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO, INCIDE A SÚMULA 85/STJ.** SUPERAÇÃO DA ORIENTAÇÃO ADVERSA ORIUNDA DE JULGAMENTO DA CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM RECURSO FUNDADO EM DIVERGÊNCIA ENTRE A PRIMEIRA E A TERCEIRA SEÇÕES DO STJ. ULTERIOR CONCENTRAÇÃO, MEDIANTE EMENDA REGIMENTAL, DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR A MATÉRIA NO PRIMEIRA SEÇÃO. EMBARGOS DO PARTICULAR E DO MPF ACOLHIDOS.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 626.489/SE, Rel. Min. ROBERTO BARROSO. DJe 23.9.2014, com repercussão geral reconhecida, firmou entendimento de que o direito fundamental ao benefício previdenciário pode ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribua qualquer consequência negativa à inércia do beneficiário, reconhecendo que inexistente prazo decadencial para a concessão inicial de benefício previdenciário.

2. De fato, o benefício previdenciário constitui direito fundamental da pessoa humana, dada a sua natureza alimentar e vinculada à preservação da vida. Por essa razão, não é admissível considerar extinto o direito à concessão do benefício pelo seu não exercício em tempo que se julga oportuno. A compreensão axiológica dos Direitos Fundamentais não cabe na estreiteza das regras do processo clássico, demandando largueza intelectual que lhes possa reconhecer a máxima efetividade possível. Portanto, no caso dos autos, afasta-se a

prescrição de fundo de direito e aplica-se a quinquenal, exclusivamente em relação às prestações vencidas antes do ajuizamento da ação.

3. Não se pode admitir que o decurso do tempo legitime a violação de um direito fundamental. O reconhecimento da prescrição de fundo de direito à concessão de um benefício de caráter previdenciário excluirá seu beneficiário da proteção social, retirando-lhe o direito fundamental à previdência social, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana e da garantia constitucional do mínimo existencial.

4. Essa salutar orientação já foi acolhida no Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 626.489/SE, Rel. Min. ROBERTO BARROSO. DJe 23.9.2014, de modo que não se faz necessária, em face desse acolhimento, qualquer manifestação de outros órgãos judiciais a respeito do tema, porquanto se trata de matéria já definida pela Suprema Corte. Ademais, sendo o direito à pensão por morte uma espécie de direito natural, fundamental e indisponível, não há eficácia de norma infraconstitucional que possa cortar a fruição desse mesmo direito. Os direitos humanos e fundamentais não estão ao alcance de mudanças prejudiciais operadas pelo legislador comum.

5. Assim, o pedido de concessão do benefício de pensão por morte deve ser tratado como uma relação de trato sucessivo, que atende necessidades de caráter alimentar, razão pela qual a pretensão à obtenção de um benefício é imprescritível. Assim, não havendo óbice legal a que se postule o benefício pretendido em outra oportunidade, o beneficiário pode postular sua concessão quando dele necessitar. Sendo inadmissível a imposição de um prazo para a proteção judicial que lhe é devida pelo Estado.

6. Mesmo nas hipóteses em que tenha havido o indeferimento administrativo, não se reconhece a perda do direito em razão do transcurso de tempo. Isso porque a Administração tem o dever de orientar o administrado para que consiga realizar a prova do direito requerido, não havendo, assim, que se falar na caducidade desse direito em razão de um indeferimento administrativo que se revela equivocado na esfera judicial.

7. Tal compreensão tem sido adotada pelas Turmas que compõem a Primeira Seção quando da análise de recursos relacionados a Segurados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, reconhecendo-se que as prestações previdenciárias tem características de direitos indisponíveis, que incorpora-se ao patrimônio jurídico do interessado, daí porque o benefício previdenciário em si não prescreve, somente as prestações não

reclamadas no lapso de cinco anos é que prescreverão, uma a uma, em razão da inércia do beneficiário, nos exatos termos do art. 3º. do Decreto 20.910/32. Precedentes: AgRg no REsp. 1.429.237/MA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 5.10.2015; AgRg no REsp. 1.534. 861/PB, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 25.8.2015; AgRg no AREsp. 336.322/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 8.4.2015; AgRg no AREsp. 493.997/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 9.6.2014.

7. Impõe-se, assim, estender tal compreensão às demandas que envolvem o pleito de benefícios previdenciários de Servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência, uma vez que, embora vinculados a regimes diversos, a natureza fundamental dos benefícios é a mesma 8. Nestes termos, deve-se reconhecer que não ocorre a prescrição do fundo de direito no pedido de concessão de pensão por morte, estando prescritas apenas as prestações vencidas no quinquênio que precedeu à propositura da ação.

9. Não é demais pontuar que no âmbito da Lei 8.112/90, o art. 219 confere esse tratamento distinto àquele que tem legítimo interesse ao benefício previdenciário, reconhecendo que só ocorre a prescrição das prestações exigíveis há mais de 5 anos, uma vez que a lei permite o requerimento da pensão a qualquer tempo.

10. Embargos de Divergência do particular e do MPF acolhidos, a fim de prevalecer o entendimento de que não há que se falar em prescrição de fundo de direito, nas ações em que se busca a concessão do benefício de pensão por morte" (STJ, EREsp 1.269.726/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/03/2019).

A propósito, os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A Primeira Seção do STJ, no recente julgamento dos EREsp 1269726/MG, declarou a não ocorrência da prescrição do fundo de direito nas demandas em que se requer a concessão de pensão por morte, mesmo quando ajuizadas após cinco anos do falecimento do servidor público.

2. No presente caso, a servidora instituidora da pensão faleceu em 26.8.1997 (e-STJ fl. 373). O recorrente requereu sua habilitação para o recebimento da pensão por morte em maio de 2014, tendo o pedido

sido indeferido pela Administração Pública. A presente ação foi ajuizada em 2.6.2017, não estando implementada a prescrição quinquenal.

3. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.835.671/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. PRESCRIÇÃO NÃO CONSUMADA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO QUE ATENDE NECESSIDADE DE CARÁTER ALIMENTAR. INEXISTINDO NEGATIVA EXPRESSA E FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO, INCIDE A SÚMULA 85/STJ. AGRAVO INTERNO DO IPERGS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O acórdão impugnado não destoa da jurisprudência desta Corte, que recentemente consolidou o entendimento de que os benefícios previdenciários envolvem relações de trato sucessivo e atendem necessidades de caráter alimentar, razão pela qual não se admite a tese de prescrição do fundo de direito, como sustentado pela Autarquia Estadual. As prestações previdenciárias têm características de direitos indisponíveis, daí porque o benefício previdenciário em si não prescreve, somente as prestações não reclamadas no lapso de cinco anos é que prescreverão, uma a uma, em razão da inércia do beneficiário. Nesse sentido: EREsp. 1.269.726/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 20.3.2019.

2. Agravo interno do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento" (STJ, AgInt na Pet 11.177/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 08/10/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora